



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**PROPOSIÇÃO DE LEI N.º 49, DE 2018**

Autoriza o Poder Executivo a outorgar a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do Município objeto da matrícula n.º 38.689, de 1º de junho de 2004, incorporado à Zona de Expansão Urbana pela Lei Municipal n.º 1.397, de 10 de novembro de 2003, mediante processo licitatório, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratuitamente o direito real de uso, mediante processo licitatório, dos terrenos de propriedade do Município, objetos da matrícula n.º 38.689, de 1º de junho de 2004, incorporados à Zona de Expansão Urbana, pela Lei Municipal n.º 1.397, de 10 de novembro de 2003, com as seguintes descrições:

“LOTE 01, com área total de 32.253,59 m<sup>2</sup> (trinta e dois mil duzentos e cinquenta e três metros e cinquenta e nove centímetros quadrados): tem início em um ponto na intersecção da testada para a faixa da BR 365 com o lado direito; daí, segue 124,10 metros, confrontando com terras de Toyoso Nomura, até a intersecção com os fundos, fazendo com este lado um ângulo interno de 90°, daí segue 259,90 metros à direita, confrontando com terras de Toyoso Nomura até a intersecção com o lado esquerdo, fazendo com este ângulo interno de 90°; daí segue 124,10 metros à direita, confrontando com o Lote 2, até a intersecção com a testada para a faixa da BR 365 fazendo com esta ângulo interno de 90°; daí segue 259,90 metros à direita por esta testada até o ponto inicial.”

“LOTE 02, com área total de 16.145,41 m<sup>2</sup> (dezesesseis mil cento e quarenta e cinco metros e quarenta e um centímetros quadrados): tem início em um ponto na intersecção da testada para a faixa da BR 365 com o lado direito; daí, segue 124,10 metros, confrontando com o Lote n.º 1, até a intersecção com os fundos, fazendo com este lado um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 130,10 metros à direita, confrontando com terras de Toyoso Nomura até a intersecção com o lado esquerdo, fazendo com este um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 124,10 metros à direita, confrontando com terras de Toyoso Nomura até a intersecção com a testada para a faixa da BR 365, fazendo com esta um ângulo interno de 90° (noventa graus); daí, segue 124,10 metros à direita por esta testada até o ponto inicial.”



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º As concessionárias deverão proceder à averbação da concessão de que trata esta Lei à margem da matrícula imobiliária referente ao imóvel.

§ 2º As despesas com a averbação de que trata o *caput* deste artigo e as demais obrigações, tributárias ou não, relativas aos terrenos objetos da concessão de direito real de uso, correrão por conta da concessionária.

Art. 2º As áreas a serem concedidas destinam-se à implantação, pelas concessionárias, de serraria, fabricação de embalagens de madeira, produção de *pallets* ou indústria de beneficiamento de madeiras em geral e congêneres.

Art. 3º O prazo da concessão do direito real de uso será de quinze anos, prorrogável uma vez, por igual período, mediante nova autorização legislativa, a contar da assinatura do contrato, do qual constarão os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas, quando for o caso.

Art. 4º A concessão será rescindida, de pleno direito, antes do prazo previsto no art. 3º, desta Lei, nos seguintes casos:

I- interrupção da atividade da empresa por prazo superior a seis meses, sem motivo que a justifique, segundo o interesse público;

II- alteração da atividade comercial e industrial que motivou a concessão;

III- se, em qualquer tempo, for dada destinação diversa ao imóvel ou, de qualquer modo, for desviada a sua finalidade, bem como no caso de extinção da concessionária;

IV- cessão da área concedida a terceiros, sem a prévia concordância do Município, autorizada mediante lei específica;

V- o término do período da concessão de direito real de uso.

Art. 5º Em caso de rescisão da concessão, a qualquer tempo, o imóvel será revertido ao Poder Público, independentemente de indenização por construções, material ou serviços aplicados, que ficam incorporados ao imóvel, averbando-se a extinção no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar autorização de uso pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, de forma precária, às empresas Global Vision Pack Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.887.395/0001-35, o terreno identificado como Lote 01, e Aliança Agro Florestal Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 05.847.172/0001-19, o terreno identificado como Lote 02.

Art. 7º O Poder Executivo poderá incluir no instrumento de concessão outras cláusulas e condições que julgar convenientes para o resguardo do interesse público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2018.

WELBEMAR ALVES XAVIER  
Presidente

AMADEU CARDOSO DOS SANTOS  
Vice-Presidente

CLODOALDO JOSÉ BORGES  
Secretário